

Guardando dinheiro

Governo anuncia aumento do superávit primário em R\$ 10 bilhões, a 3,2% do PIB

Givaldo Barbosa/29-8-2011

Martha Beck

marthavb@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

Às vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que vai decidir sobre os juros básicos da economia, o governo anunciou ontem que vai economizar R\$ 10 bilhões a mais este ano para evitar pressões inflacionárias adicionais e, com isso, abrir caminho para que o Banco Central (BC) reduza os juros mais rapidamente. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o esforço para o pagamento de juros da dívida pública — o chamado superávit primário, a sobra entre as receitas e despesas antes do pagamento de juros — passará dos atuais R\$ 117,9 bilhões para R\$ 127,9 bilhões, ficando em torno de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país). A meta fixada pelo governo é de 2,9% do PIB. O ministro disse que a economia será possível graças ao crescimento da arrecadação de impostos e contribuições:

— O aumento (do superávit primário) se dá para impedir o aumento de gastos correntes e para abrir mais espaço para os investimentos subirem no país. Além disso, também viabiliza, a médio e longo prazos, a redução da taxa de juros. Quando o BC entender que é possível (reduzir a taxa).

A presidente Dilma Rousseff já deixou claro para sua equipe que o crescimento econômico deve ser prioridade, especialmente num momento em que o cenário internacional está se deteriorando, com risco maior de recessão na Europa e nos Estados Unidos. Segundo assessores, Dilma está convencida de que a forma mais eficiente de garantir o PIB agora é por meio da redução dos juros, e não de mais estímulos fiscais.

— O Banco Central estará em condições de agir com política monetária mais expansionista, caso haja agravamento da crise — explicou Mantega, ao anunciar o aumento da meta de primário.

Mantega: nada a ver com o Copom

• O ministro vem defendendo publicamente que haja uma mudança na forma como as políticas monetária e fiscal são usadas no Brasil. Segundo ele, a política monetária tem um forte poder de estimular a economia, com a vantagem de não representar perdas para os cofres públicos com desonerações:

— Prefiro que sejam monetários os estímulos para a economia.

Mantega negou que o anúncio próximo ao Copom seja uma forma de pressionar o comitê a reduzir os juros, hoje em 12,5% ao ano, imediatamente:

— Não tem nada a ver se o Copom vai ser amanhã (hoje) ou não. Queremos criar proteção para que o Brasil continue com sua trajetória de desenvolvimento e geração de emprego.

Ao ser perguntado se considerava que o aumento da meta seria levado em conta na reunião que começa hoje, o ministro respondeu:

— O Banco Central leva em conta aquilo que achar importante. Não sou eu que vou dizer o que ele deve levar em consideração. Não vejo necessidade de estímulo monetário (para o Brasil) agora, mas o mundo não vive situação de normalidade. Temos de estar atentos e vigilantes.

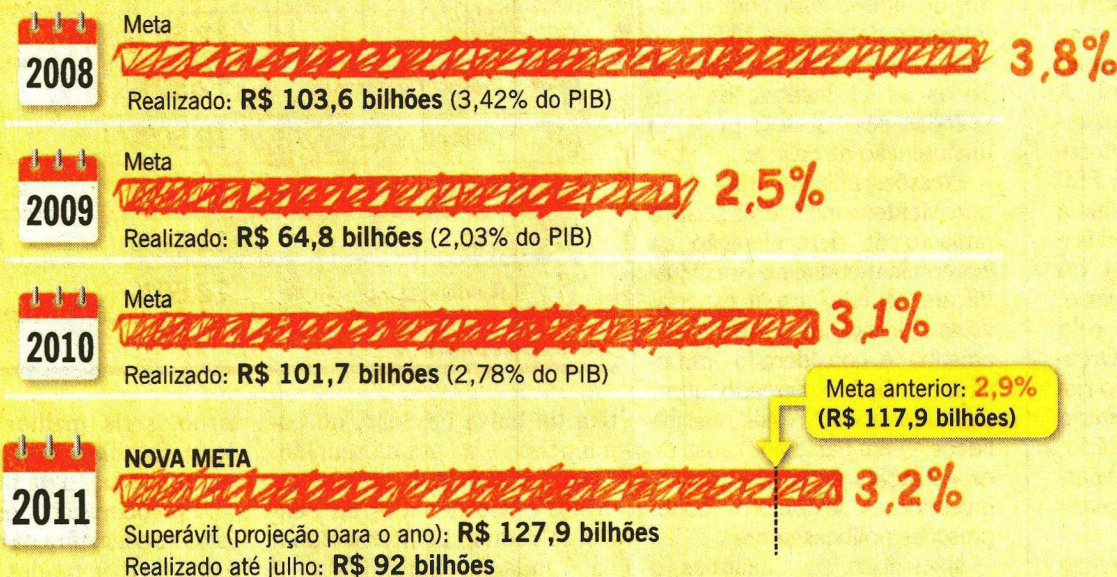
Para Mantega, os países ricos não estão tomando as medidas necessárias para resolver seus problemas e o atual quadro de desaceleração dessas economias pode se transformar numa recessão.

— Por mais que os países emergentes estejam preparados, não somos imunes às consequências desse cenário recessivo. Acredito que essa situação vai se arrastar por algum tempo e nós vamos ter mais volatilidade — disse o ministro.

Segundo Mantega, o governo não quer que a economia brasileira sofra um “mergulho” como o ocorrido no fim de 2008 devido à crise. Apesar de

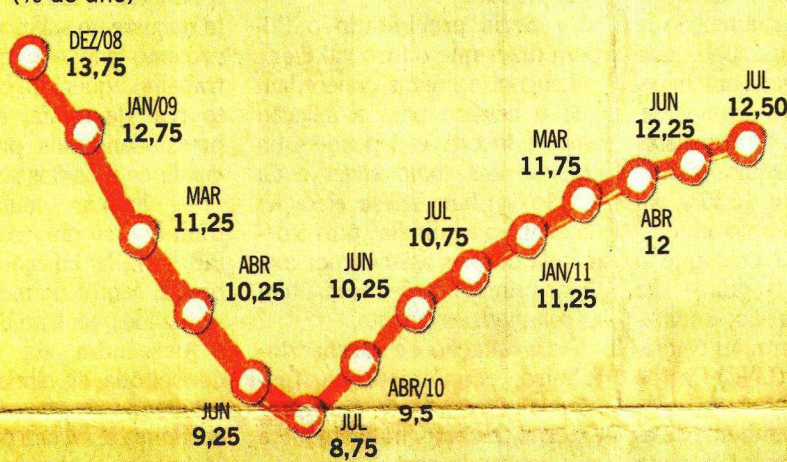
A ECONOMIA NAS CONTAS

EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (em % do PIB*)



Taxa Selic

(% ao ano)



Fonte: Banco Central. * Produto Interno Bruto, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país



Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anuncia o aumento de R\$ 10 bilhões na economia do governo para pagar a dívida pública

os dados do PIB no segundo trimestre, que serão divulgados na sexta-feira, e que devem apontar desaceleração no ritmo de crescimento, o ministro ainda espera uma expansão entre 4% e 4,5% em 2011, atingindo nos próximos anos entre 5% e 5,5%.

Gastos sociais não serão afetados

• O ministro disse ainda que o aumento em R\$ 10 bilhões da meta de superávit primário não vai comprometer gastos com programas sociais ou investimentos. O governo vem con-

seguindo aumentar sua arrecadação — principalmente em função de receitas extraordinárias — e, por isso, explicou, é preciso evitar que esses recursos deixem margem para novas despesas.

Entre os projetos cuja aprovação no Congresso o governo teme está a PEC 300, que cria um piso nacional para policiais civis e militares e para bombeiros. Seu impacto é estimado em R\$ 30 bilhões. Já o reajuste do salário mínimo em 2012 terá um impacto esperado de R\$ 20 bilhões.

Perguntado sobre o fato de o governo aumentar o superávit primário num ano em que as receitas estão crescendo, Mantega respondeu:

— Estamos tendo um desempe-

nho fiscal bom. Estamos produzindo esse resultado, ele não caiu do céu.

Entre janeiro e julho, a economia de recursos para o pagamento de juros da dívida pública somou R\$ 92 bilhões, quase 72% da nova meta, de R\$ 127,9 bilhões. Mesmo assim, Mantega assegurou que o governo continuará trabalhando pelo cumprimento da meta cheia este ano e em 2012. Isso significa não abater investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este ano, por exemplo, o abatimento possível é de R\$ 32 bilhões. ■

• PARA ECONOMISTAS, COPOM MANTERÁ SELIC EM 12,50%, na página 24